

PRECISÃO DAS SONDAGENS PRÉ-ELEITORAIS EM PORTUGAL

Resumo

A precisão das sondagens pré-eleitorais tem sido alvo de alguns estudos em diversos países, contudo em Portugal tem sido uma área pouco abordada, sendo que os poucos trabalhos resultam de análises de casos pontuais, não havendo uma abordagem mais geral. Esta lacuna resulta, porventura, do facto de estas sondagens serem relativamente recentes em Portugal, apenas em 1991 a lei foi alterada permitindo a publicação de sondagens pré-eleitorais.

Este estudo faz uma abordagem, a mais vasta possível, analisando quase todas as sondagens pré-eleitorais, publicadas ou emitidas em Portugal no mês anterior a cada uma das eleições realizadas, desde 1991 até à última em Janeiro de 2006. Para a análise da precisão destas sondagens foram consideradas algumas medidas utilizadas em estudos anteriores.

Na primeira parte é feita uma breve contextualização da utilização de sondagens em Portugal, quando começaram a ser utilizadas, como evoluíram e qual a legislação que as regulamenta. É ainda abordado o modo como a precisão das sondagens pode ser medido, apresentando-se exemplos de vários estudos que abordaram esta temática.

Na segunda parte, após uma descrição da amostra, são apresentados os resultados relativos à precisão das sondagens, como evoluíram, como se comparam com outros países e quais as relações com diversas variáveis que podem estar relacionadas com esta, como por exemplo, o âmbito da eleição ou o método de amostragem.

SONDAGENS PRÉ-ELEITORAIS EM PORTUGAL

A ditadura em vigor no nosso país até Abril de 1974 levou a que as sondagens eleitorais não tivessem qualquer relevo, dada a sua inexistência. Não só as eleições eram uma fachada que sustentava a manutenção da ditadura, como também a cobertura que a comunicação social fazia destas se limitava a propaganda do estado.

No âmbito político qualquer estudo por inquérito que se realizasse teria sempre sérias limitações de realização, não só por força da censura que havia, como pelo medo que as pessoas teriam em responder ao inquérito. Numa sondagem realizada pela SERTE para o expresso realizada poucos dias antes do 25 de Abril de 1974 em que se inquiria os cidadãos de Lisboa sobre as eleições em França, quase metade (42%) recusou-se a responder, referindo o artigo “A elevada percentagem de pessoas que não responderam deve-se, em parte, ao «medo», mais ou menos manifesto do «controle-policia» das respostas e das características pessoais do entrevistado.” (de notar que apesar do inquérito ser feito antes do 25 de Abril a sua publicação só ocorreu após este).

Com o fim da ditadura e a realização de eleições livres, estariam reunidas as condições para que finalmente se realizassem sondagens eleitorais no nosso país. Contudo o decreto lei eleitoral regulamentador desta eleição viria a proibir, desde o dia em que fossem marcadas as eleições, “a divulgação sob forma de reportagem, entrevista ou outra, quaisquer inquéritos que visem, ou conduzam a desvendar a atitude dos eleitores ou o seu voto no dia das eleições” (artigo 62º da lei eleitoral).

Tal proibição não obsteu a que alguns estudos fossem efectuados, no entanto, os resultados não eram apresentados directamente:

-“segundo sondagens recentes, a percentagem de indecisos elevar-se-ia a 71%!”, Jornal Novo 23/04/75 (dois dias antes das primeiras eleições),

- “Alguém utilizou abusivamente o nome do nosso colega do Porto «Jornal de Notícias», fazendo sondagens telefónicas sobre as filiações políticas das massas populares.” (Diário de Notícias, 29/03/75)

- “ A tendência actual da opinião pública portuguesa explícita não é de modo nenhum favorável às ideologias conservadoras, como vem sendo apontado em resultados de sondagens cuja origem e garantia técnica se desconhece e que chegam até nós através de revistas estrangeiras.” Vida Mundial (13/3/75)

Um pormenor curioso, resultante do decreto eleitoral proibindo as sondagens antes das eleições, foi a publicação, em 1975 no Jornal Novo, de uma sondagem pré-eleitoral no dia seguinte às eleições. Esta sondagem foi realizada pelo IPOPE cerca de um mês antes das eleições e envolveu 2000 entrevistados.

	PS	MDP	PCP	PPD	CDS	Outros
Sondagem	47	4	17	21	2	9
Eleição	38	4	13	26	8	11

Tabela 1 – Resultados da primeira eleição pós 25 de Abril e da sondagem publicada no dia seguinte.

Nesta sondagem destacam-se dois resultados com particular relevo, a sobrestimação dos partidos de esquerda e a sub estimação à direita. Estes dois aspectos, combinados com uma altíssima taxa de não resposta, cerca de 71 %, parecem apontar para alguma dificuldade do eleitorado de direita assumir a sua opção de voto.

Esta situação de quase ausência de sondagens manteve-se nas eleições seguintes, tendo-se apenas alterado em 1991, quando a legislação foi alterada. De acordo com a nova lei passou a ser possível a divulgação de resultados de sondagens até à última semana antes da eleição.

Esta legislação viria a ser alterada em 2000 com a publicação de um novo decreto-lei que veio introduzir algumas mudanças, entre as quais se destaca a redução do período de interdição da divulgação de sondagens para um dia.

MEDIDAS DE PRECISÃO DAS SONDAGENS

A avaliação da precisão das sondagens desenvolveu-se, sobretudo, após o falhanço das sondagens nas eleições Norte Americanas de 1948, onde, no seu rescaldo, o Social Science Research Council criou uma comissão de análise de sondagens pré-eleitorais, que apresentou um relatório sobre o desempenho das sondagens nessas eleições. Após este estudo inicial vários outros autores abordaram esta temática, utilizando algumas medidas aí propostas ou sugerindo outras.

Medida	Descrição	Autor
Medida 3 Erro médio nos principais partidos	Média do desvio (em pontos percentuais e independentemente do sentido da diferença) entre as previsões das percentagens dos principais Partidos. $M_3 = \frac{\sum_{i=1}^n \text{Resultado do Partido } i - \text{Previsão da sondagem} }{n}$	Mosteller (1949); Crespi (1988) Traugott (2004); Mitofsky (1998) Durand et al (2002) Magalhães (2005)
Medida 5 Erro da diferença entre os primeiros	Diferença (em pontos percentuais) entre a previsão da distância entre os dois primeiros partidos e a distância verificada nos respectivos resultados eleitorais. $M_5 = (\text{Previsão P1}^\circ - \text{Previsão P2}^\circ) - (\text{Resultado P1}^\circ - \text{Resultado P2}^\circ) $ onde o P 1º é o partido em primeiro lugar nas sondagens e P2º é o partido em segundo lugar nas sondagens	Mosteller (1949); Durand et al (2002) NCPP (2004) Traugott (2004) Magalhães (2005)
Medida 6 Erro Máximo	Maior diferença (em pontos percentuais) entre a previsão de cada partido e o respectivo resultado eleitoral. $M_6 = \text{Máximo}_{i=1}^n \text{Resultado do Partido } i - \text{Previsão da sondagem} $	Mosteller (1949) Crespi (1988)
Erro do vencedor	Diferença (em pontos percentuais) entre o resultado do Partido e a respectiva previsão. $M_9 = \text{Resultado do PV} - \text{Previsão do PV} $ onde PV é o partido vencedor	Crespi (1988)
Erro relativo a outras sondagens	Desvio entre o resultado da sondagem e o resultado médio das restantes sondagens, ponderado pela dimensão.	Lau (1994)
Erro de enviesamento	Medida da subvalorização ou sobrevalorização do partido Democrata (ou Republicano). $R_A = \frac{\text{Res. Sondagem Democratas}}{\text{Res. Sondagem Republicanos}} \div \frac{\text{Res. Eleições Democratas}}{\text{Res. Eleições Republicanos}}$	Martin et al (2004)

No relatório sobre o insucesso das sondagens atrás referido, Mosteller (1949) apresentou oito medidas que podiam ser utilizadas para medir a precisão das sondagens,

sete das quais baseadas nas diferenças, para cada candidato, entre os resultados eleitorais e os estimados, embora algumas apenas considerassem o candidato vencedor ou a diferença entre os dois primeiros candidatos. A restante medida era relativa à diferença entre a estimação de participação eleitoral e a efectiva participação.

Mitofsky (1998) refere uma falta de consenso quanto à escolha da melhor medida da precisão das sondagens. Este autor considera que, entre as medidas propostas por Mosteller, o erro médio dos principais partidos e o erro da previsão da diferença entre os dois primeiros são as melhores escolhas, preferindo, no entanto esta última, quer por ser independente do número de partidos, quer por ser a mais referida na divulgação dos resultados. Também a National Council on Public Polls na sua análise às eleições Norte Americanas de 2002 utiliza este indicador como medida do erro das sondagens. Magalhães (2005) refere como desvantagem desta medida o facto de não ser comparável com a margem de erro.

Crespi (1988) utilizou três medidas de precisão, o desvio relativo ao candidato vencedor, o desvio médio para os três principais candidatos e o maior dos desvios verificados nos três principais candidatos. No cálculo destas medidas Crespi (1988) considerou sempre os resultados obtidos após exclusão dos indecisos. Os valores da correlação entre estas medidas revelaram-se altíssimos, acima de 0,8.

Lau (1994), considerou uma outra medida, distinta das anteriores por não envolver o resultado eleitoral, que utiliza o desvio entre o resultado da sondagem e o resultado médio das restantes sondagens, ponderado pela dimensão. O autor justifica esta medida com o facto de estudar sondagens relativamente afastadas da data das eleições e, consequentemente o resultado eleitoral não ser um bom indicador para a precisão da sondagem.

Traugott (2004), na avaliação do desempenho das sondagens nas eleições presidenciais norte americanas de 2004, utilizou o erro médio dos dois principais partidos e o erro da previsão da diferença entre os dois primeiros. Contudo, este autor, utilizou ainda uma outra estatística, desenvolvida por Martin et al (2004), que combina a avaliação da precisão com a medida do enviesamento, possibilitando analisar a existência de sistemáticas sobreestimações, ou subestimações, de um determinado partido.

O valor encontrado nestas medidas está dependente do facto de a sondagem apresentar resultados com distribuição da intenção de voto dos indecisos, já que a ausência desta distribuição leva a que, por um lado, os resultados dos candidatos ou partidos estejam sempre sub estimados e, por outro lado, torna inadequada a comparação com outros estudos em que é feita esta distribuição.

Mitofsky (1998) considera este problema como importante na avaliação da precisão das sondagens, referindo que este aspecto não foi abordado no relatório de Mosteller, dado que nessa altura não se punha a questão dos indecisos, mas que muitas das suas medidas são afectadas precisamente por este factor, havendo uma maior consistência entre estas quando os indecisos são distribuídos proporcionalmente. Também Martin, Traugott, e Kennedy (2004), e Crespi (1988) consideram que a melhor opção é distribuição proporcional dos indecisos.

Apesar destas referências, este procedimento não é unânime, o National Council of Public Polls, na sua análise das eleições de 2002 não utilizou qualquer redistribuição dos indecisos.

No presente estudo, para além das medidas 3 (média do erro) e 5 (erro na previsão da diferença entre os dois primeiros), frequentemente utilizadas noutros estudos, considerei ainda outras duas medidas, o erro do vencedor e o erro máximo, dada que, por um lado revelam uma grande simplicidade e, por outro lado, foram também utilizadas em alguns estudos. Relativamente à medida 3 considerei o erro médio dos quatro principais partidos: PS, PSD, CDU E CDS/PP, ou, no caso das eleições presidenciais, os candidatos com mais de 5% dos votos.

No cálculo destas medidas, e sempre que os indecisos não estavam já distribuídos, foi efectuada uma redistribuição proporcional dos votos dos indecisos. Por outro lado, e relativamente aos resultados das eleições, efectuei também uma redistribuição proporcional dos votos brancos e nulos, já que este tipo de votos raramente é considerado nas sondagens.

Consideremos, por exemplo, as duas últimas sondagens que o Diário de Notícias e o Correio da Manhã publicaram na véspera das últimas eleições presidenciais de Janeiro de 2006.

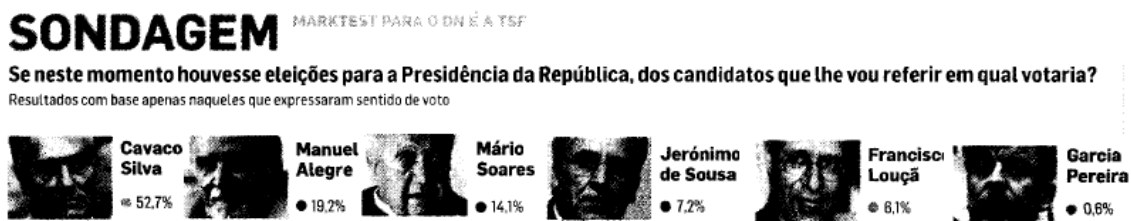


Figura 1 – Sondagem publicada no Diário de Notícias de 19 de Janeiro de 2006

Hipótese de segunda volta é muito remota. Manuel Alegre mantém vantagem sobre o candidato socialista, Mário Soares

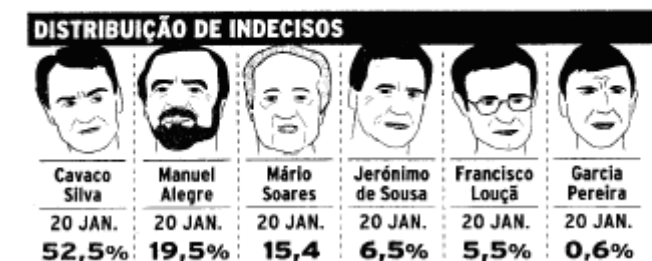


Figura 2 – Sondagem publicada no Correio da Manhã de 20 de Janeiro de 2006

Comparando os resultados destas sondagens com os verificados nas eleições constata-se, em geral, uma grande proximidade entre ambos, verificando-se, nos dois jornais, uma tendência de sobrevalorização de Cavaco Silva e uma subvalorização de Manuel Alegre.

	Cavaco Silva	Manuel Alegre	Mário Soares	Jerónimo Sousa	Francisco Louçã	Garcia Pereira
Eleição	50,5	20,7	14,3	8,6	5,3	0,4
Diário de Notícias	52,7	19,2	14,1	7,2	6,1	0,6
Correio da Manhã	52,5	19,5	15,4	6,5	5,5	0,6
Erro DN	2,2	-1,5	-0,2	-1,4	0,8	0,2
Erro CM	2,0	-1,2	1,1	-2,1	0,2	0,2

Tabela 2 – Comparação entre os resultados das sondagens do Diário de Notícias e Correio da Manhã e os das eleições.

Calculadas as quatro medidas referidas anteriormente obtêm-se resultados que apontam para uma boa precisão em ambas as sondagens, com um erro médio¹ abaixo dos 2% e em que o erro máximo pouco ultrapassou esse valor.

	Erro Médio	Erro na Diferença	Erro no Vencedor	Erro Máximo
Diário de Notícias	1,2	3,7	2,2	2,2
Correio da Manhã	1,3	3,2	2,0	2,1

Tabela 3 – Valor das quatro medidas de erro relativas às sondagens do Diário de Notícias e Correio da Manhã.

O erro na estimativa da diferença entre os dois primeiros candidatos assume valores mais altos em consequência da tendência, já referida, da sobrevalorização de Cavaco Silva e uma subvalorização de Manuel Alegre, resultando daqui uma maior sobrevalorização da diferença entre ambos.

De referir, ainda, o facto de, apesar de o erro médio ser menor na sondagem do Diário de Notícias, todas as restantes medidas apontarem para uma maior precisão na sondagem do Correio da Manhã, embora, em qualquer um dos casos, apresentando valores muito próximos.

A AMOSTRA

Para a constituição da amostra foi consultado o arquivo da Alta Autoridade para a Comunicação Social. Quer a lei de 2000, quer a lei de 1991 obrigam a que todas as sondagens divulgadas nos média sejam previamente depositadas neste órgão, como resultado desta lei encontram-se aí depositadas mais de três mil sondagens.

Atendendo a que o objectivo deste estudo é o de estudar a precisão das sondagens pré-eleitorais, apenas foram consideradas as sondagens que foram publicadas ou difundidas a menos de um mês de diferença da data da eleição a que diziam respeito, excluindo, no entanto, as sondagens de boca de urna, dado apresentarem características totalmente distintas.

¹ Tal como referido anteriormente, não foi considerado o candidato Garcia Pereira por ter uma votação inferior a 5%.

Nestas condições encontram-se depositadas na AACS quase quinhentas sondagens, no entanto, alguns destes depósitos encontram-se incompletos, não contendo o conteúdo da publicação nem os resultados obtidos na sondagem, e outros, apesar de terem os seus resultados publicados a menos de um mês das eleições, foram realizadas cerca de dois meses antes da sua publicação, pelo que não foram consideradas no estudo. Excluindo os casos anteriores, obteve-se uma amostra de 428 sondagens que correspondem a cerca de 90% das sondagens pré-eleitorais divulgadas em Portugal.

Da distribuição destas sondagens pelos vários tipos de eleições destaca-se o facto de mais de metade destas serem relativas a eleições autárquicas.

	N	%
Legislativas	106	25
Autárquicas	255	60
Governo Regional	7	2
Europeias	27	8
Presidenciais	33	6

Tabela 4 – Distribuição das sondagens na amostra por tipo de eleições a que dizem respeito.

RESULTADOS

O primeiro aspecto a destacar nos resultados é a fortíssima correlação entre as várias medidas de precisão consideradas. Estes resultados são semelhantes aos obtidos por Crespi (1988), que relativamente ao erro do vencedor, erro médio e erro máximo também encontrou correlações muito altas.

	Erro Médio	Erro da Diferença	Erro Máximo
Erro do Vencedor	0,80	0,80	0,83
Erro Médio		0,84	0,93
Erro da Diferença			0,87

Tabela 5 – Coeficiente de correlação de Pearson entre as quatro medidas consideradas.

Considerando os resultados médios destas quatro medidas, que se apresentam na tabela 5, tem-se, numa primeira análise, que estes resultados parecem apontar para uma baixa precisão das sondagens realizadas em Portugal. Por exemplo, as sondagens prevêem em média o resultado do vencedor com um erro superior a 5%.

Merece, ainda, destaque o elevado erro que algumas sondagens apresentam, chegando-se ao caso extremo de uma sondagem errar a sua previsão para a diferença entre os principais partidos em mais de 40%.

	Mínimo	Máximo	Média	D. Padrão
Erro do Vencedor	0,0	18,7	5,4	4,0
Erro Médio	0,2	12,0	3,8	2,2
Erro da Diferença	0,0	41,4	9,1	7,1
Erro Máximo	0,2	22,0	6,8	4,0

Tabela 6 – Estatísticas Descritivas das três medidas consideradas.

Apesar de os resultados médios serem semelhante ao que Crespi (1988) obteve no seu estudo, situam-se claramente abaixo dos valores médios obtidos nas sondagens eleitorais norte americanas e inglesas, com excepção das eleições inglesas de 1992, caracterizadas por um grande falhanço das sondagens, previam a vitória dos trabalhistas, contrariamente ao que viria a acontecer.

	Portugal 1981-2006	EUA (amostra)	EUA 1956-2004	EUA 2002	EUA 2004	GB 1992	GB 1997	França 2002
Erro do Vencedor	5,4	5,67						
Erro Médio	3,8	5,68	1,8		1,2	2,7	2,2	5,6
Erro da Diferença	9,1	-	3,3	4,8	1,9	9,0	4,8	4,3
Erro Máximo	6,8	6,75						
FONTE		Crespi (1988)	Traugott (2004)	NCPP (2002)	Traugott (2004)	Moon (2005)	Moon (2005)	Durand et al (2004)

Tabela 7 – Média das medidas de erro em vários estudos.

EVOLUÇÃO DA PRECISÃO

Atendendo a que as quatro medidas apresentam correlações muito altas entre si, todas elas acima de 0,8 (ver tabela 3), não há vantagem em considerá-las na totalidade, pois os seus resultados serão semelhantes em termos de indicador da precisão das sondagens.

Assim, optei por trabalhar com o erro da diferença, dado que é uma das medidas mais utilizadas em diversos estudos, permitindo deste modo uma maior comparabilidade. Ainda relativamente a esta medida, refere Mosteller (1949) que a sua única desvantagem é o facto de ser difícil de explicar e Mitofsky (1998) que é uma das melhores escolhas, dado que não depende do número de partidos.

Estudando a evolução desta medida de precisão das sondagens desde 1991, ano em que se iniciou a publicação de sondagens pré-eleitorais, verifica-se uma grande irregularidade com constantes oscilações. O pior ano ocorreu em 1993 quando a média deste erro ultrapassou os 12%, no pólo oposto encontram-se os anos de 1995 e 2002 onde o erro médio baixou os 5%.

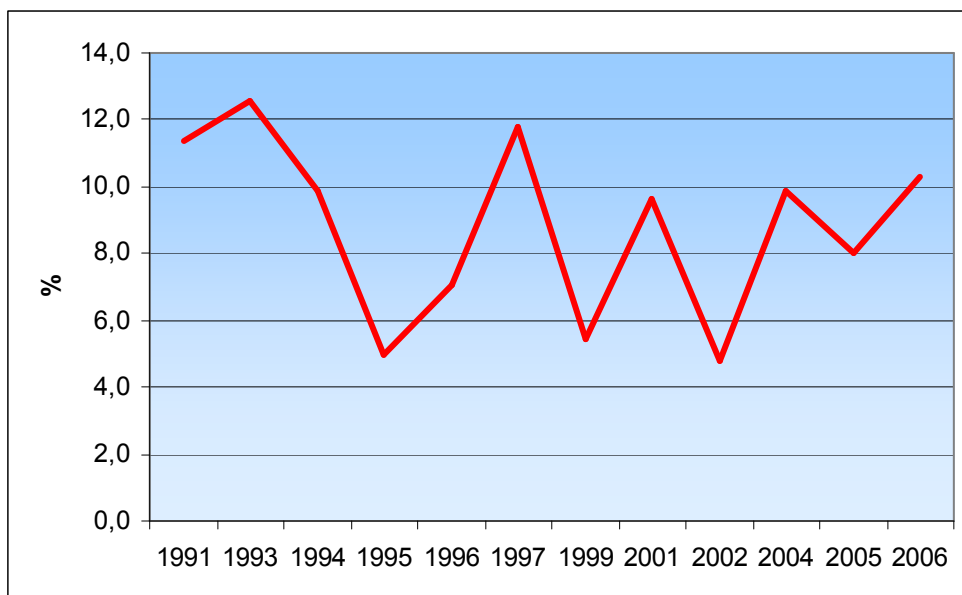


Figura 3 – Evolução da média do erro na estimativa da diferença entre os primeiros.

Toda esta oscilação parece apontar para uma diferença de performance em termos dos vários tipos de eleição: legislativas, autárquicas, europeias e presidenciais. Efectivamente, desdobrando o gráfico anterior pelos vários tipos de eleição pode-se constatar grandes diferenças, sobretudo entre autárquicas e legislativas, com as primeiras a apresentarem aproximadamente o dobro do erro das primeiras.

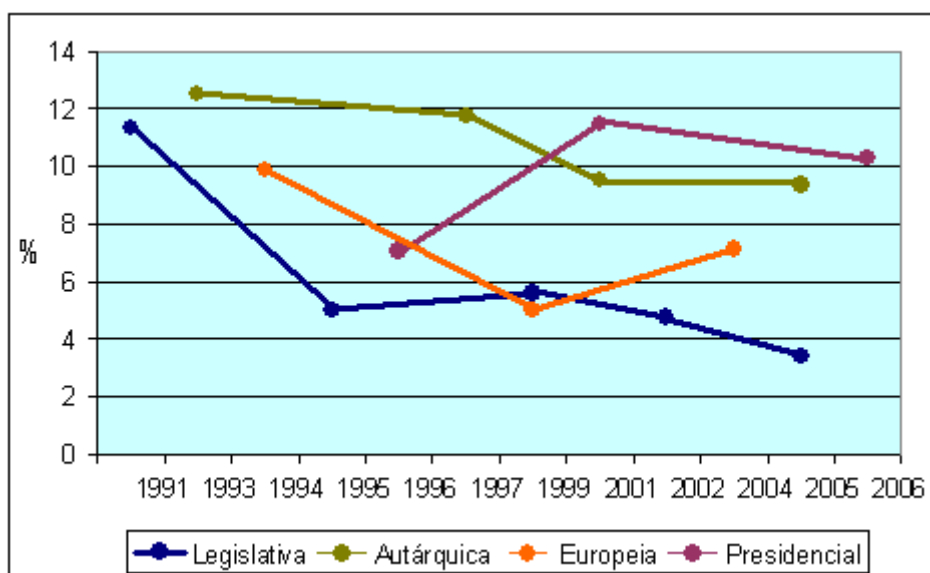


Figura 4 – Evolução da média do erro na estimativa da diferença entre os primeiros e o tipo de eleição.

PRECISÃO DAS SONDAGENS E METODOLOGIA

A diferenciação verificada no gráfico da figura 4 levanta a questão da diferença entre as sondagens nacionais e locais. O gráfico seguinte mostra que as sondagens locais apresentam, em média, um erro significativamente maior ($t = 4,6$; $p < 0,00$), o dobro do erro das nacionais. Este aspecto não é só exclusivo do facto de as sondagens locais serem maioritariamente relativas a eleições autárquicas, considerando apenas sondagens relativas a eleições legislativas mantém-se uma diferença significativa entre inquéritos locais (média 6,9%) e nacionais (4,8%) ($t = 2,3$; $p < 0,02$).

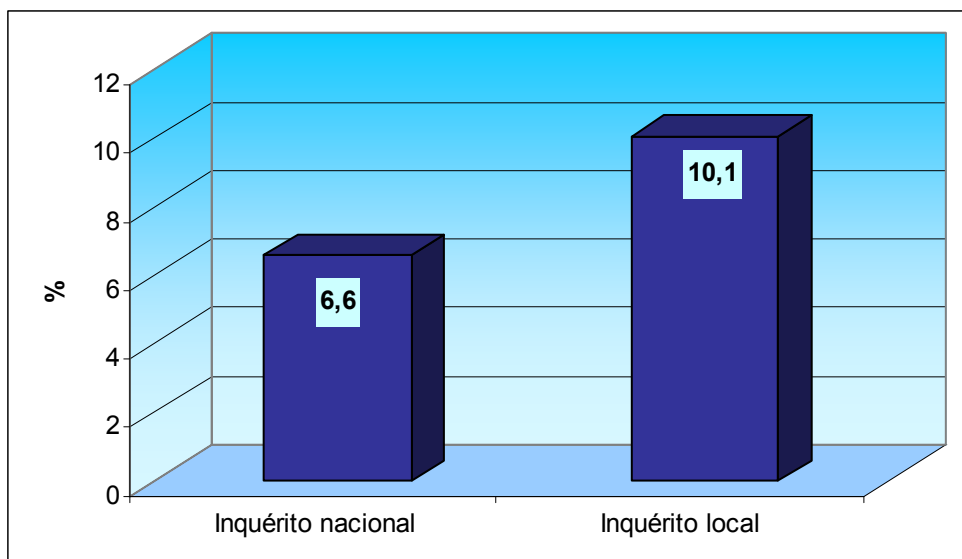


Figura 5 – Média do erro na estimativa da diferença entre os primeiros em sondagens nacionais e locais.

Esta diferença é também uma das explicações para a menor precisão verificada nesta amostra, pois o elevado número de sondagens relativas a eleições autárquicas leva a uma sobre-representação de sondagens locais, cerca de 70% da amostra.

A menor precisão das sondagens locais está certamente relacionada com aspectos logísticos e metodológicos, já que, dada a sua menor importância envolvem menores investimentos e conseqüentemente contam com menos recursos para a sua organização.

Os vários aspectos metodológicos que podem estar relacionados com uma maior ou menor precisão dos resultados das sondagens, como por exemplo, o espaço de tempo entre a publicação da sondagem e o dia das eleições, o método de amostragem, a dimensão da amostra ou a duração do trabalho de campo, têm sido alvo de diversos estudos, dos quais se destacam: Crespi (1988), com uma amostra de sondagens relativas a eleições norte americanas entre 1979 e 1986, De Sart e Holbrook (1994) com sondagens relativas às eleições norte americanas de 1992 a 2000, Lau (1994) estudando sondagens relativas às eleições norte americanas de 1992, Traugott (2004) analisando a performance das sondagens nas eleições norte americanas de 2004, e Magalhães (2005) que analisou sondagens pré-eleitorais relativas às eleições legislativas e europeias em Portugal entre 1991 e 2004.

A primeira variável a considerar, o espaço de tempo entre a publicação da sondagem e o dia das eleições, pode representar uma das explicações para a menor precisão das sondagens em Portugal, por comparação com outros países (ver tabela 5), já que apenas após 2000 foi permitida a publicação de sondagens na própria semana das eleições, contrariamente a Estados Unidos e Grã-Bretanha onde não houve esta restrição.

Relativamente às sondagens em estudo quase 75% terminaram os trabalhos de campo a mais de 12 dias da data de eleições, o que representa uma grande diferença relativamente ao estudo de Crespi (1988) onde apenas 31% das sondagens estavam nesta situação.

A comparação dos resultados entre sondagens que terminaram os trabalhos de campo na semana antes das eleições e as restantes sondagens mostram alguma tendência neste sentido, na medida em que o erro na estimativa da diferença entre os primeiros apresenta em média um valor mais baixo entre as primeiras ($t = 1,7$, $p < 0,09$).

Também Crespi (1988) chegou a resultados semelhantes, concluindo igualmente que o número de dias entre o fim do trabalho de campo e a data das eleições é um factor de influência na precisão das sondagens. No entanto, outros estudos, De Sart e Holbrook (1994), Lau (1994) e Magalhães (2005) não identificaram este factor como estando relacionado com a precisão das sondagens.

No que diz respeito ao método de selecção dos indivíduos que integram a amostra verifica-se uma ligeira maioria de sondagens baseadas em amostras escolhidas aleatoriamente. Curiosamente esta distribuição é quase igual à obtida por Crespi (1988) no seu estudo, onde cerca de 54% das sondagens tinham também as suas amostras escolhidas através de técnicas aleatórias.

	N	%
Aleatória	234	55
Quotas	191	45

Tabela 8 - Distribuição das sondagens na amostra por método de amostragem utilizado.

De referir, no entanto, que esta distribuição não é homogénea, o peso das sondagens com amostras aleatórias é maior nos inquiridos de âmbito local, cerca de 58%, que entre as de cobertura nacional, aproximadamente 48%.

Relativamente à precisão das sondagens, constata-se que, embora as sondagens baseadas em amostras por quotas apresentem um erro ligeiramente inferior, esta diferença não se mostra significativa face às sondagens com escolha aleatória dos inquiridos.

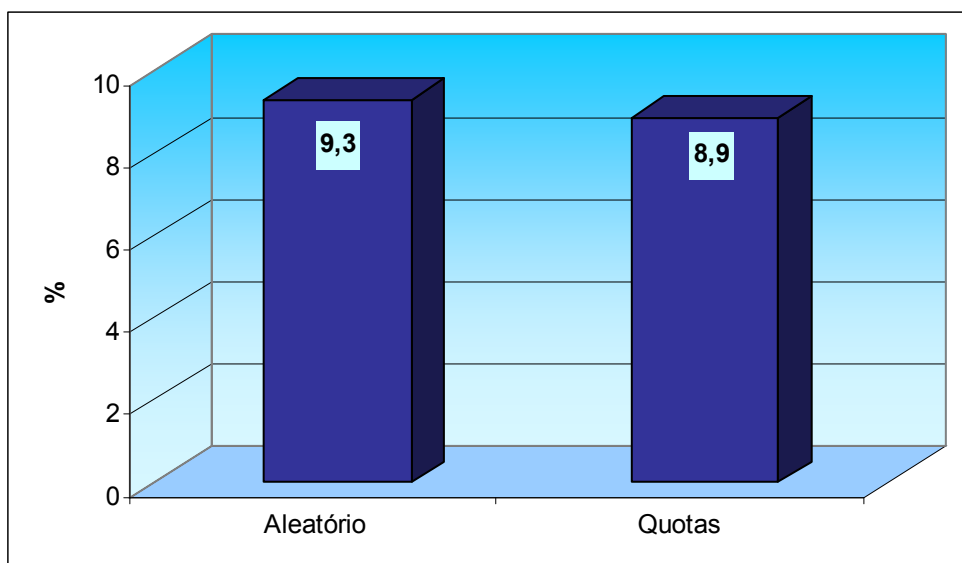


Figura 6 – Média do erro na estimativa da diferença entre os primeiros e método de amostragem.

Também Crespi (1988) não encontrou qualquer relação entre o método de escolha da amostra e a precisão da respectiva amostra. Para além deste aspecto da selecção da amostra, este autor estudou também o método para, em cada lar, escolher o inquirido e a estratificação das amostras. Relativamente à utilização, ou não utilização, de processos de estratificação da amostra, o autor não encontrou quaisquer diferenças ao nível da precisão. Também Magalhães (2005) não encontrou associação entre o método de amostragem e a precisão das sondagens.

Relativamente à dimensão da amostra utilizada na sondagem, tem-se que cerca de metade das incluídas neste estudo têm amostras de dimensão inferior a 800. Tal como no caso do método de escolha da amostra, também relativamente à dimensão, a distribuição difere conforme o âmbito local ou nacional das sondagens, por exemplo

todas as sondagens com dimensão inferior a 400 são locais e a maioria das que têm amostras superiores a 1000 inquiridos são de âmbito nacional.

Relativamente à dimensão da amostra encontra-se uma correlação negativa significativa, embora não muito forte, entre esta e o erro da sondagem ($r = -0,127; p \leq 0,01$), por exemplo, entre as sondagens com amostras de menos de 400 inquiridos a média do erro na estimativa da diferença entre os primeiros ultrapassa os 12%. Estes resultados podem ser uma das explicações possíveis para a menor precisão das sondagens locais, dado que a dimensão das suas amostras é, normalmente, inferior à das nacionais.

Esta relação, é coincidente com os resultados de DeSart e Holbrook (2003), sondagens relativas às eleições norte americanas de 1992, 1996 e 2000, que também encontraram uma tendência das sondagens com maiores amostras apresentarem uma maior precisão. Magalhães (2005) também refere que a dimensão da amostra se relaciona negativamente com o erro da sondagem.

No entanto, outros autores, não chegaram à mesma conclusão, Lau (1994), e Crespi (1988) referem não ter encontrado qualquer correlação entre a dimensão da amostra e a precisão das sondagens.

Outro aspecto relativo à recolha da informação é a duração do trabalho de campo. Entre as sondagens pré-eleitorais em Portugal a grande maioria, um pouco mais de 80%, teve um período de trabalho de campo que ocupou entre 1 e 5 dias. Entre estas sondagens e as que tiveram um maior período de inquérito, não se encontram diferenças significativas ao nível da precisão das sondagens, embora, no entanto, estas últimas apresentem um erro ligeiramente maior.

Crespi (1988) e Lau (1994), contudo, encontraram diferenças significativas, concluindo ambos que o número de dias que o trabalho de campo ocupava era uma das variáveis com maior peso na explicação da precisão, as sondagens com maior período de trabalho de campo mostraram-se mais precisas. Lau, refere ainda que, em média, a precisão da sondagem é implementada em meio ponto percentual por cada dia de trabalho de campo.

Relativamente aos trabalhos de campo estes autores estudaram outros aspectos, por exemplo, Lau (1994) refere como mais vantajoso evitar os inquéritos em dias de fim-de-semana, e Crespi (1988) conclui que as sondagens em que, no caso de o indivíduo seleccionado não estar disponível, se tenta um segundo contacto, se mostram mais precisas que aquelas que substituem esse indivíduo.

Neste estudo estes aspectos do trabalho de campo não foram abordados dado que essa informação não estava disponível na maioria das fichas de registo das sondagens. Relativamente ao processo de inquérito apenas foi possível estudar o método como este foi conduzido: entrevista presencial, telefone ou voto em urna.

No que diz respeito à técnica de inquérito verificam-se algumas diferenças significativas ($F = 4,1$; $p < 0,02$), apresentando-se o inquérito com voto em urna como o mais eficiente com um erro abaixo dos 8%. Em sentido contrário, a entrevista pessoal é aquela que apresenta uma menor precisão.

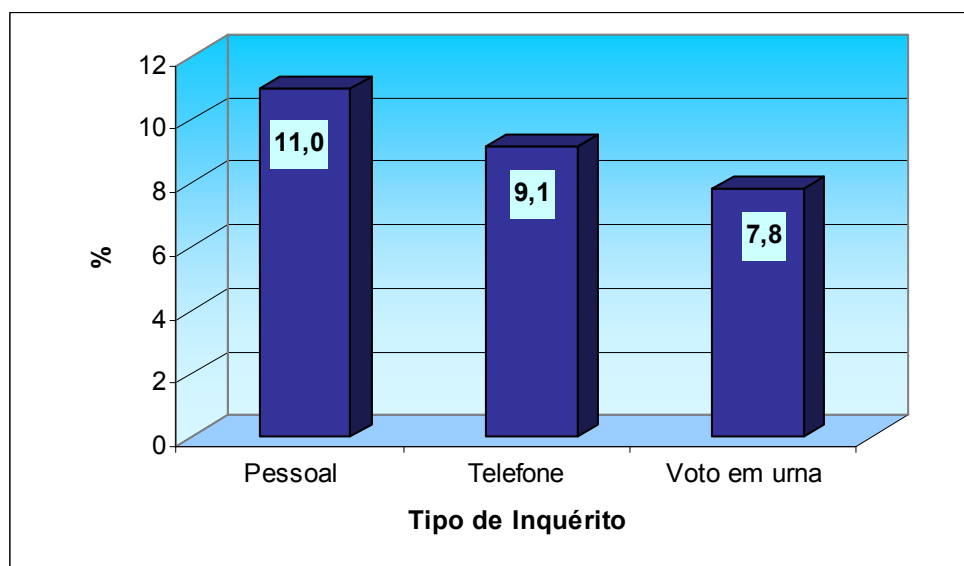


Figura 7 – Média do erro na estimativa da diferença entre os primeiros e método de inquérito.

Ainda relacionado com a inquirição dos entrevistados, não se verificou qualquer correlação entre a taxa de participação e a precisão da sondagem, sendo o respectivo coeficiente aproximadamente zero. Já no que diz respeito ao número de indecisos

verifica-se uma correlação positiva com a precisão ($r = 0,127; p \leq 0,01$), ou seja, as sondagens com maior número de indecisos tendem a apresentar um maior erro.

PRECISÃO DAS SONDAGENS E RESULTADOS ELEITORAIS

Para além dos aspectos relativos à metodologia utilizada nas sondagens, também os factores associados aos resultados eleitorais são, à partida, potencialmente influenciadores da precisão das sondagens. Variáveis como a abstenção ou a “competitividade” do acto eleitoral foram objecto de alguns estudos, Crespi (1988), Traugout (2004) e Magalhães (2005).

Relativamente aos resultados eleitorais foram consideradas cinco variáveis:

Variável	Fórmula ou Categorias
Abstenção	Taxa de abstenção verificada
Tipo de eleição	Legislativa, Autárquica, Presidencial ou Europeia
Variação face à eleição anterior	$V = \sum_{i=1}^n (\text{Partido } i_{\text{resultado eleição}} - \text{Partido } i_{\text{resultado eleição anterior}})^2$
Alteração no vencedor da eleição	Mesmo vencedor da eleição anterior ou vencedor diferente da eleição anterior
Diferença entre os dois primeiros	$D = (\text{Resultado do Vencedor} - \text{Resultado do Segundo})$

Relativamente aos resultados verificados nas eleições aquele que parece ter menor relação com precisão das sondagens é o nível de participação nas eleições. Calculando o coeficiente de correlação entre a taxa de participação em cada eleição com a precisão das respectivas sondagens obtém-se um valor muito perto de zero ($r = -0,01$), indicando, assim, a ausência de qualquer relação. Também Traugott, citado por Crespi (1988), considera que em princípio a metodologia das sondagens funciona igualmente em eleições muito ou pouco participadas.

Magalhães (2005) obteve resultados em sentido contrário, a participação eleitoral foi a variável com o maior coeficiente no modelo de regressão linear em que o erro era a variável dependente. Também Crespi (1988), encontrou uma correlação negativa significativa entre a participação nas eleições e a precisão das sondagens, concluindo assim que quanto menor for a participação nas eleições menos precisas se tornam as sondagens.

De entre as restantes variáveis, a que apresenta maior peso na explicação da precisão é o grau de proximidade entre o vencedor e o segundo. A correlação ($r = 0,2; p \leq 0,00$) entre estas variáveis é positiva e significativa, o que quer dizer que as eleições com um vencedor já “conhecido” tendem a apresentar maiores erros.

Também Crespi (1988) e Magalhães (2005) consideram que as sondagens relativas a eleições com uma previsível vitória folgada de um partido/candidato tendem a revelar-se menos precisas que as relativas a eleições muito disputadas.

Considerando a alteração de resultados relativos às eleições anteriores, parece não ter qualquer influência na precisão das sondagens, já que o coeficiente de correlação entre estas variáveis não difere significativamente de zero. Contudo estudando as sondagens relativas a eleições em que houve alteração do vencedor face às eleições anteriores e as relativas àquelas em que o vencedor se manteve, encontra-se um erro maior entre estas últimas.

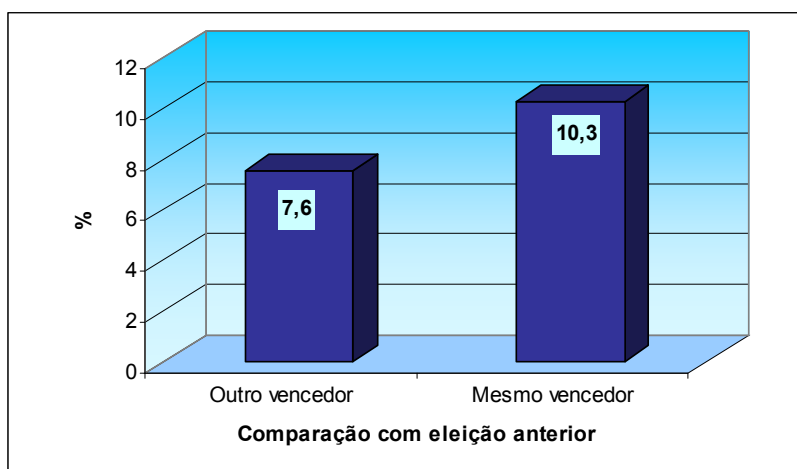


Figura 8 – Média da do erro na estimativa da diferença entre os primeiros e comparação com eleição anterior.

Esta situação está, no entanto, relacionada com a anterior já que a diferença entre primeiro e segundo é muito maior entre as eleições em que se manteve o vencedor (18%) que entre as que alteraram o vencedor (9%).

CONCLUSÕES

A precisão das sondagens em Portugal tem vindo a melhorar, passando de resultados muito pobres no início dos anos noventa para uma situação de grande acerto nas últimas eleições. Esta melhoria verifica-se, sobretudo, em sondagens relativas a eleições nacionais e é mais acentuada em inquéritos de âmbito nacional.

Em termos de aspectos metodológicos das sondagens, é de referir que, por um lado, a aleatoriedade da escolha da amostra ou a utilização de quotas não mostra relação com a maior ou menor precisão das sondagens, e, por outro lado, a dimensão da amostra está negativamente correlacionada com a precisão da sondagem. Também o método de auscultação da intenção de voto se mostra relacionado com a precisão, sendo a colocação de voto em urna o método com um maior eficiência.

No que diz respeito aos resultados das eleições, tem-se que, contrariamente ao que evidenciavam outros estudos, a menor participação eleitoral não está significativamente associada a uma menor precisão das sondagens relativas a essas eleições. Já a competitividade das eleições é um factor com grande relevo na explicação da precisão das sondagens, pois esta é significativamente maior em eleições com um resultado próximo entre os principais partidos/candidatos.

Finalmente, é de referir que, relativamente às medidas de precisão utilizadas neste estudo, todas elas se mostraram fortemente correlacionadas entre si e com resultados semelhantes em termos de relações com outras variáveis.

Por outro lado, todas estas medidas estão focadas nas diferenças entre os resultados das sondagens e o resultado das eleições, não reflectindo a existência de um eventual

enviesamento, ou seja, os desvios são tratados em valor absoluto não referenciando a sistemática sub estimação ou sobre estimação de um qualquer partido.

Será importante aprofundar este estudo no sentido de pesquisar a eventual existência de enviesamentos nalgum sentido. Este aprofundamento pode ser baseado na medida proposta por Martin, Traugott, e Kennedy (2005), que não só considera o erro da estimativa como simultaneamente dá indicação sobre o sentido do erro.

BIBLIOGRAFIA

Crespi, Irving, *Pre-election Polling: Sources of Accuracy and Error*, Russel Sage Foundation, New York, 1988.

DeSart, J. e Holbrook, T., *Campaigns, Polls and States: Assessing the Accuracy of Statewide Presidential Trial-Heat Polls*, *Political Science Quarterly*, vol. 56: 431-439.

Durand, C, Blais, A. e Larochelle, M., *The Polls Review, the Polls in the 2002 French Presidential Election: an Autopsy*; *Public Opinion Quarterly*, Vol. 68: 602-622, 2004

Lau, R. R., *An Analysis of the Accuracy of “Trial Heat” Polls During the 1992 Presidential Election*, *Public Opinion Quarterly*, Vol. 58: 2-20, 1994

Magalhães, P. C., *Pre-election Polls in Portugal: Accuracy, Bias and Sources of Error, 1991-2004*, *International Journal of Public Opinion Research*, Vol. 17 n°4: 399-421, 2005.

Martin, E.A.; Traugott, M.W. and Kennedy, C., *A Review and Proposal for a New Measure of Poll Accuracy*, *Public Opinion Quarterly*, Vol. 69 n°3: 342-369, 2005.

Mitofsky, W., *The polls Review: Was 1996 a Worse Year for Polls than 1948?*, *Public Opinion Quarterly*, Vol. 62: 230-249, 1998.

Mosteller, F.; Hyman, H.; McCarthy, P.J.; Marks, E.S. and Truman D.B., The Pre-election Polls of 1948: Report to the Committee on Analysis of Pre-election Polls and Forecasts, Social Science Research Council, New York, 1949.

National Council on Public Polls Polling Review Board, Analysis of the 2002 Election Polls, Press release: 2002/12/19, available in <http://www.ncpp.org/2002SenGovPoll/2002ElectionPolls.html>

Traugott, M. W., The performance of the Polls in the 2004 Presidential Election, WAPOR regional conference on “Elections, News Media and Public Opinion”, Pamplona-Spain, 2004.